



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Acta n.º 14**

### **13.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 26 de Dezembro de 2011**

Aos vinte e seis dias do mês de Dezembro, do ano dois mil e onze, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre sob a presidência de Antero de Figueiredo Marques Teixeira e com a presença dos seguintes Membros: Maria Luísa Panaças (em substituição de Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, José Chambel Tomé (em substituição de Albano Varela e Silva, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Luís Manuel Madeira Pargana, Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, Maria Conceição Barradas Grilo, João Filipe Gonçalves Jesus, Luís David Trindade de Moreira Testa, Miguel André Telo de Arriaga, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria Odete Costa Rolo (em substituição de Maria Luísa Galeano Tavares Moreira, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), João Graça Pina (em substituição de Catarina Alexandra Dias, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Cristina Nabais (em substituição de António Fernando Ceia Biscainho, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Carlos Alberto da Conceição Afonso, Adriano de Jesus Miguel Dias Pedro, Carlos Alberto Vintém, Maria Fernanda Serineu Bacalhau, Gonçalo Chambel (em substituição de Dorinda Maria de Carvalho Gomes Calha, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), António Morais Baptista, Manuel Jesus Nicolau Marques, Marisa Candeias (em substituição de António Maria Petas Chaparro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Alfredo Ventura Nunes, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço Reia, António Joaquim Tavares de Oliveira, Francisco José Meira Martins da Silva e João Hermínio Henriques Janeiro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, Antero de Figueiredo Marques Teixeira, deu início aos trabalhos, eram 21:00 horas, altura em que foi efectuada a chamada. Seguidamente, deu conhecimento aos Membros presentes de toda a correspondência endereçada àquela Assembleia. Focou a realização do Fórum, convocado pela Assembleia Municipal, no passado dia 10 de Dezembro, onde houve uma primeira abordagem ao tema: “Documento Verde da Administração Local”, do qual terá se tomar uma posição, até final do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

próximo mês de Janeiro. Colocou ainda à consideração o facto de terem seis pontos fora da ordem de trabalhos, os quais necessitariam de ser discutidos e votados no final daquela sessão. -----

### **Intervenção do Público**

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Sr. Presidente da Assembleia, a palavra ao público presente na sala, informando de que dispunham de um período máximo de cinco minutos para colocarem as questões que pretendessem. -----

Solicitando o uso da palavra, Edgard Lourenço, Coronel de Infantaria e Comandante do Centro de Formação de Portalegre da Guarda Nacional Republicana, agradeceu a oportunidade que lhe foi concedida para que ali esclarecesse um assunto que o preocupava desde a última semana. Adiantando que a razão pela qual ali se apresentou tinha a ver com o discurso que proferiu no passado dia 15 de Dezembro, por ocasião do jantar de Natal. Nesse dia, por considerar que estava só entre elementos de uma mesma família, não conteve a emoção de partilhar a velha notícia de que, finalmente, o novo Centro seria construído no espaço que é o de todos nós: a cidade de Portalegre. Ao tê-lo feito, provocou um grande regozijo naqueles que o rodeavam, já que bastantes camaradas ansiavam há muitos anos pelo cumprimento de uma promessa feita há tantos outros anos. Mais disse que, na altura, não concebeu que as suas palavras passassem a ter vida própria e fossem parar, na sua forma escrita e também deturpada ao jornal «Alto Alentejo», do passado dia 21. Quando leu a informação, ficou completamente incomodado, pois só então se deu conta de que cometera uma indiscrição e de que tinha quebrado o estabelecido numa reunião com a Exm.<sup>a</sup> Sra. Presidente da Câmara. Portanto, lamentou profundamente os constrangimentos que possa ter provocado no círculo camarário, principalmente na pessoa da Exm.<sup>a</sup> Sra. Presidente e assumia a total responsabilidade pelo seu acto. Por último, referiu que já não poderia assumir igual responsabilidade pela publicação, sem autorização expressa, da informação veiculada pelo jornal, sendo aquele um assunto cuja importância se determinaria posteriormente. -----

Solicitando o uso da palavra, Marta Barata, em representação do responsável pelo estabelecimento denominado “VZ Bar”, sito na Rua Mouzinho de Albuquerque, nesta Cidade disse que estavam a atravessar grandes dificuldades para conseguirem manter o Bar em funcionamento e pagarem as despesas obrigatórias. Disse também que foram obrigados a gastar muito dinheiro para que o Bar cumprisse as normas legais de ruído, a que foram obrigados e que continuava a haver uma “perseguição” por parte do vizinho de cima. Disse ainda que se a Câmara não lhes concedesse o alargamento do horário que tinham pedido para a noite de fim de ano, teriam sérios problemas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

para conseguir pagar a renda. Considerou que havia uma certa discriminação para com o Bar em questão, uma vez que tinham conhecimento que aos outros Bares lhes era autorizado o alargamento das horas de fechar. Solicitou à Câmara que voltasse a considerar o pedido e outros que possam vir a precisar no futuro. -----

O Presidente da Mesa informou os intervenientes do público de que os assuntos expostos iriam ser alvo de análise pelos serviços respectivos do Município de Portalegre, os quais procederiam depois em conformidade. -----

### **Voto de Pesar** - (Grupo do Partido Social Democrata):

Faleceu na semana passada o Professor José Manuel Chapelli Alberich de Matos. Natural do Porto, o Chapelli (como era conhecido por grande parte dos Portalegrenses) veio para Portalegre ainda jovem, na década de 70 do século passado, a fim de aqui exercer aquela que foi a sua primeira profissão: futebolista profissional. Como guarda-redes de reconhecidos méritos, integrou alguns dos plantéis que mais alto elevaram o nome da Cidade no panorama futebolístico nacional; acabando por se radicar definitivamente em Portalegre, onde casou, onde nasceram e cresceram os seus dois filhos e onde viveu até ao fim dos seus dias. Abandonada a carreira desportiva, prosseguiu e concluiu estudos superiores em Biologia e Geologia, na Universidade de Évora; após o que se dedicou à actividade docente. Foi Professor do ensino secundário, sindicalista e dirigente sindical na área da Educação. Frontal, directo e cultor de uma boa e prolongada conversa numa roda de amigos, foi também, em anteriores mandatos, membro desta Assembleia Municipal.

Consternada pelo seu inesperado e prematuro desaparecimento, a Assembleia Municipal de Portalegre aprova um voto de profundo pesar. Esta deverá ser comunicado, em primeiro lugar e juntamente com a apresentação das mais sentidas condolências, à Família; bem como divulgado publicamente, pelos meios habituais.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar apresentado.-----

O Presidente da Mesa pretendeu deixar pessoalmente e perante a Assembleia, um Voto de Pesar pela morte do Professor Chapelli, que todos conheciam. -----

Solicitando o uso da palavra, António Baptista disse que gostaria também de expressar um Voto de Pesar, sugerindo à Assembleia que aprovasse, ao Portalegrense Lourenço Mourato:

### **Voto de Pesar** – (CDS)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Lourenço Mourato, que todos nós conhecemos, por estes dois nomes, foi um cidadão que levou o nome da Cidade de Portalegre sempre no seu coração e sempre na sua cabeça, nas diversas funções onde ele exerceu. Foi um conhecido crítico tauromáquico e também radialista. Enquanto jovem, foi um forcado que levou ao estrangeiro o nome da Cidade. Nesse sentido e porque após se ter afastado da carreira tauromáquica, ter enveredado por se estabelecer na cidade onde nasceu, mais propriamente na Freguesia de São Julião, por ter construído um Restaurante que é um símbolo de referência, que é o “Solar do Forcado” e por ter sido um cidadão que sempre acreditou na Cidade de Portalegre, eu penso que a Assembleia Municipal de Portalegre deve também aqui expressar o seu Voto de Pesar pelo falecimento do Lourenço Mourato.

No uso da palavra, Luís Testa quis partilhar o sentimento, uma vez que Portalegre teve uma última semana fatídica. Viu desaparecer pessoas que, independentemente das opiniões que manifestaram publicamente e frontalmente, eram pessoas que sempre deram contributos válidos ao Concelho de Portalegre. Mais disse que lhe custava lembrar os momentos piores que eram o fim das coisas, o fim da vida. E que, perante o que foi ali proferido anteriormente, não ficaria bem com a sua consciência se não relembresse ali a morte do José Manuel Chapelli que foi uma referência da Cidade de Portalegre, como desportista exemplar, um indivíduo que representou os dois clubes da Cidade, um professor acarinhado pelos alunos e pelos colegas e uma pessoa de fácil trato, a todos os níveis. Por outro lado, o Lourenço Mourato, pessoa por quem nutria uma especial amizade. Defensor arreigado nas suas convicções e na defesa dos valores dos Alentejanos, dos Portalegrenses, quer através das manifestações culturais mais populares, quer através das manifestações culturais gastronómicas. Por outro lado, o Coronel Barradas também se devia incluir no mesmo lote de Portalegrenses que sempre defenderam o seu Concelho e propôs, igualmente, um voto de Pesar. Portanto, entendia que o Concelho de Portalegre devia uma sincera homenagem aquelas personalidades. Infelizmente, existiam pessoas que partem cedo demais.-----

O Presidente da Assembleia informou que, se mais ninguém queria manifestar, iria também colocar à votação aqueles dois últimos Votos de Pesar, dirigidos ao Lourenço Mourato e ao Coronel Barradas, os quais seriam posteriormente enviados às respectivas Famílias:-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os Votos de Pesar apresentados. -----

Solicitando o uso da palavra, Manuel Marques, disse que a sua intervenção se prendia com a extinção da Junta de Freguesia de Alagoa, questão já debatida



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

no fórum realizado no dia 10 de Dezembro. Pretendia pois, apresentar ali aquele assunto, no intuito de sensibilizar a Assembleia, para que a Alagoa não seja esquecida nem seja extinta. Passou a citar: -----

“Pretende este Governo de coligação PSD/CDS, implementar uma Nova Reforma na Administração Local e na sua proposta denominada por Documento Verde, a Freguesia de Alagoa que faz parte do concelho de Portalegre, é uma das referenciadas para agregar a outra freguesia.

- Alagoa, é uma freguesia rural, tem 18 km<sup>2</sup> de área e o seu perímetro urbano é de 61,34 hectares, o que significa que a parte urbana apenas ocupa 3,41% da área total da Freguesia. -----

- A Freguesia de Alagoa, tem 676 habitantes, tendo-se registado um decréscimo de população entre os censos de 2001 e os censos 2011, mas tal facto deveu-se à acentuada mortalidade e á baixa natalidade. -----

- A densidade populacional da Freguesia de Alagoa é de 37,55 pessoas por Km<sup>2</sup>; -----

- O centro da Freguesia de Alagoa, encontra-se a 13,700 km da sede de concelho (distância entre a Central da Rodoviária em Portalegre e a sua paragem no Largo do Rossio em Alagoa); mas se tivermos como referência a igreja da Sé e a da Alagoa, poderemos ficar a escassos centímetros dos 15 kms. -----

- Alagoa é e sempre foi pelas suas características uma Freguesia rural, embora o INE a tenha classificado como Maioritariamente Urbana. (classificação essa que não podemos concordar, devido à percentagem de ocupação urbana 3,41% ser quase insignificante). -----

- A Freguesia de Alagoa, tem dentro e fora do perímetro urbano um vasto espaço de cultivo, onde grande parte da população faz a sua horta cultivando os bens necessários para a sua alimentação. -----

- A oliveira é a árvore predominante na Freguesia de Alagoa e grande parte dos seus habitantes fazem a colheita da azeitona para seu próprio consumo. --

As características da Freguesia de Alagoa: -----

5 Carpintarias = 10 Trabalhadores -----

2 Serralharias = 2 Trabalhadores -----

1 Empresa de Construção Civil = 9 Trabalhadores -----

2 Oficinas auto = 2 Trabalhadores -----

1 Padaria = 25 Trabalhadores -----

2 Estabelecimentos comerciais de café = 4 Trabalhadores -----

1 Estabelecimento comercial Minimercado = 1 Trabalhador -----

1 Empresa de Mudanças = 2 Trabalhadores -----

1 Empresa de venda de produtos hortícolas = 2 Trabalhadores -----

1 Stand Automóveis = 1 Trabalhador -----

2 Empresas de Transportes = 4 Trabalhadores -----

6 Trabalhadores por conta própria no comércio de lenhas e palhas -----

1 Trabalhador por conta própria na actividade de instalações eléctricas -----

1 Exploração de Leite = 4 Trabalhadores -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

10 Agropecuárias que se dedicam á criação de animais (bovinos, caprinos e ovinos) -----  
23 Criadores individuais de animais (ovinos, caprinos e suínos) para consumo próprio-----  
5 Associações (Desportiva, Caçadores, Jovens, Tertúlia e Grupo de Cantares)  
1 IPSS (Lar / Centro de Dia /Apoio Domiciliário) = 24 Trabalhadores e 61 Utentes-----  
1 Escola de 1º ciclo-----  
1 Infantário-----  
1 Posto Médico -----  
1 Posto farmacêutico = 1 Trabalhador -----  
1 Turismo de Habitação rural = 2 Trabalhadores -----  
1 Edifício próprio da Junta de Freguesia -----  
1 Praça de touros (redondel) -----  
1 Polidesportivo -----

Após esta breve nota sobre as principais características da Freguesia de Alagoa e analisando o dito Documento Verde, concluímos que só mesmo por desconhecimento total de quem governa, pode indicar a Freguesia de Alagoa para ser agregada a uma outra freguesia; -----

EXEMPLOS:-----

Na página 9 do Documento Verde um dos objectivos é: MELHORAR A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO. Logicamente nunca nos sentimos satisfeitos com o que temos e neste caso com o que fazemos, mas vejamos o serviço público prestado actualmente pela Junta de Freguesia:-----

- Cobrança de Águas (é o Presidente da Junta de Freguesia que leva os valores cobrados para a Câmara Municipal evitando a deslocação de um funcionário dos Serviços Municipalizados) Isto é um mau serviço público? -----

- Serviços de correios (cobrança de electricidade, telefone, pagamento de reformas, etc.) -----

(Quando o dinheiro enviado pelos CTT não é suficiente para pagar as pensões apresentadas na Junta de Freguesia durante a manhã é o Presidente da Junta de Freguesia que vai aos CTT levantar o dinheiro em falta para que os idosos recebam a sua pensão nesse mesmo dia). Isto é um mau serviço público? -----

- Cidadãos que após um dia de trabalho e já fora do horário de expediente se dirigem ao Presidente da Junta de Freguesia para lhes entregar correspondência. Isto é um mau serviço público? -----

- Sempre que há um óbito, dirigem-se ao Presidente da Junta a qualquer hora, para abrir a casa mortuária e articular a abertura do coval. Isto é um mau serviço público? -----

- Por uma questão económica é o Executivo da Junta de Freguesia que todos os Sábados, às 8h, abre o cemitério e fecha-o às 17h. Isto é um mau serviço público?-----

- A Junta de Freguesia, com o objectivo de apostar na formação dos jovens, há dois anos lectivos consecutivos que disponibiliza um professor para dar





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

explicações gratuitamente aos jovens até ao 9º ano. Isto é um mau serviço público?-----

- A Junta de Freguesia nas últimas férias de Verão, promoveu actividades de tempos livres para 27 jovens com a idade limite de 16 anos. Isto é um mau serviço público? -----

- A Junta de Freguesia, comparticipa as aulas de música para todos os interessados. Isto é um mau serviço público? -----

- A Junta de Freguesia, comparticipa as aulas de psicomotricidade para as crianças até aos 5 anos. Isto é um mau serviço público?-----

- A Junta de Freguesia comparticipa as aulas de equitação para os jovens. Isto é um mau serviço público? -----

Na página 21 do Documento Verde, o Governo refere que pretende adoptar a metodologia de ponderação de critérios relacionados com os serviços de proximidade prestados pelas Freguesias às populações; -----

Então não é esse o caminho que a Junta de Freguesia de Alagoa tem trilhado em benefício da sua população? -----

Então os exemplos atrás mencionados, não espelham perfeitamente um bom serviço público prestado pela Freguesia de Alagoa e uma grande relação de proximidade com a população? -----

Consta também na já citada página 21 do mesmo documento que as Freguesias verão respeitada a sua identidade, a sua história e a sua cultura; ---

- Nunca poderemos concordar com esta ideia, porque qualquer freguesia ao agregar-se a outra a primeira coisa que perde é a sua identidade (tanto a freguesia que é agregada como a agregadora), basta consultarmos o nosso Bilhete de Identidade e temos como naturalidade a Freguesia de Alagoa, mas se a Freguesia deixar de existir já não somos naturais de lado nenhum, possivelmente viemos do espaço!-----

Por tudo o que foi até aqui exposto perguntamos:-----

- Tem o Governo conhecimento do bom serviço público prestado na Freguesia de Alagoa?-----

- Tem o Governo conhecimento da relação de proximidade que a Freguesia de Alagoa tem com a sua população? -----

- Caso o Governo não recue com esta decisão, a Freguesia que nos agregar, vai continuar a ter com a população de Alagoa a mesma relação de proximidade e prestar o mesmo serviço público como se tem verificado? -----

- A Freguesia agregadora estará disponível e o seu executivo irá continuar a abrir e fechar o cemitério todos os sábados, como até aqui?-----

- Estará esse executivo sempre disponível para se deslocar à Alagoa, para entregar correspondência, passar atestados e outros serviços urgentes fora do horário normal de expediente? -----

- Estará esse executivo sempre disponível para se deslocar à Alagoa, abrir a Casa Mortuária. -----

- Estará esse executivo sempre disponível para dar apoio contínuo na escola de ensino básico e Infantário? -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Quando houver uma rotura de água, falta de iluminação, um serviço urgente a ser prestado pela Câmara Municipal, como vai ser? Como se resolve a relação de proximidade que até agora existe? -----

- Quem faz o acompanhamento dos funcionários? -----

- Quando alguém da população precisar de um apoio urgente do Presidente da Junta de Freguesia, como faz? -----

- O Presidente da Junta de Freguesia agregadora vai passar todos os dias pelas ruas da Freguesia de Alagoa? -----

Não acreditamos que esta Nova Reforma traga algum benefício para a população de Alagoa. Acreditamos sim que se tal acontecer é a população que fica mais pobre, a desertificação acentua-se, e seguidamente vem o encerramento da escola e depois a extensão de saúde, depois a farmácia e população vai morrendo aniquilada por causa de alguém que a trocou por uns meros euros. -----

No Plenário realizado entre a Freguesia e a População no passado dia 26 de Outubro de 2011, no salão da Casa do Povo, onde foi discutida e analisada a intenção Governamental, sobre a Nova Reforma da Administração Local, todos os presentes (cerca de 100) e os que se têm deslocado à Junta de Freguesia, declaram estar contra a extinção da Freguesia de Alagoa.” -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que, tendo em conta o que leu do Livro verde, dos cronogramas apresentados, bem como daquilo que a Administração Central se propunha fazer, relativamente à reorganização do Mapa Administrativo e Territorial do País, com o objectivo de tentar encontrar posições consensuais e de defesa, para aquilo que eram os interesses do Concelho de Portalegre. Gostaria pois, de propor que a conferência de representantes, órgão composto por elementos daquela Assembleia Municipal, pudesse organizar um grupo de trabalho, convidando os Presidentes das Juntas de Freguesia que estavam em condição de poderem ser, de alguma forma, equacionadas para fazerem parte daquele grupo de trabalho para elaborarem uma proposta de defesa dos interesses do Concelho de Portalegre. Naquele sentido, a proposta seria convidar os representantes das Juntas de Alagoa, S. Julião, Sé e S. Lourenço para elaborarem uma proposta fundamentada para que, em Janeiro, fosse ali apresentada, debatida e votada.

No uso da palavra, António Baptista disse que concordava com a proposta apresentada e justificou a sua não comparência ao Fórum, por estar no estrangeiro. Contudo, guardaria a sua exposição sobre a reforma e sobre o Livro Verde para a próxima sessão da Assembleia. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Pargana disse subscrever também a proposta apresentada e que o seu Grupo se disponibilizaria para a trabalhar mas, na sua perspectiva, o chamado “Livro Verde” tinha capa azul e um conteúdo negro, preconizando, em termos de reorganização administrativa e do território, uma gravidade muito maior do que a mera extinção de Freguesias





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

no País, o que já de si era grave por ser feita segundo critérios de régua e esquadro e não propriamente segundo critérios que tenham em conta a contextualização das realidades locais e da diversidade do território nacional. Aliás, o texto ali apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia da Alagoa provou, no seu conteúdo, que quanto mais pequena uma Freguesia e quanto mais isolada dos grandes centros mais se justificava a sua existência, uma vez que são as unidades de Poder Local que permitiam, em primeira instância, os serviços públicos de qualidade numa lógica de proximidade às populações, sendo imprescindíveis para a qualidade de vida das mesmas. Em termos gerais, a gravidade daquele documento extravasava a própria extinção de Freguesias, pondo em causa a existência de certas Câmara Municipais, o que representa um plano muito mais vasto e que poderá ter efeitos de extrema gravidade. Acrescentou que a CDU se disponibilizaria para acolher aquela proposta mas, colocou à consideração da Assembleia Municipal que subscrevesse o texto ali levado pelo Presidente da Junta de Alagoa e que, em nome da própria Assembleia, o enviasse aos órgãos de soberania. Por último, solicitou ao Presidente da Assembleia que colocasse a subscrição do referido à votação dos Membros daquela Assembleia. -----

Solicitando o uso da palavra, António Oliveira disse que, relativamente àquela última proposta, independentemente de concordar com os argumentos utilizados pelo Presidente da Junta da Alagoa, preferia optar pela sugestão apresentada pelo Membro Luís Testa. No seu entender, se puderem discutir aquela questão entre os Membros da Assembleia de Representantes e os Presidentes de Junta envolvidos e se, eventualmente estiver prevista uma tomada de decisão oficial ou institucional daquela Assembleia e de outras mais, não faria sentido estarem ali a tomar uma posição casuística da junta de Freguesia X ou Y. Deveriam sim analisar o documento como um todo, com todas as implicações que poderá ter para o Município e para as Freguesias, em vez de se tomar uma posição específica para uma Freguesia. -----

No uso da palavra, Luís Pargana esclareceu que, em termos formais, a sua proposta não era uma proposta alternativa. Para se formalizar a mesma e se submeter à votação apenas carece da autorização do autor do texto. Afirmando que, se o mesmo autorizar, mantinha a sua proposta sem pretender com isso discriminar o tratamento daquela Assembleia Municipal em relação a qualquer Freguesia do Concelho de Portalegre. -----

No uso da palavra, Manuel Marques informou que o texto que ali apresentou era, principalmente, para sensibilizar a Assembleia Municipal de modo a que na próxima sessão extraordinária possa haver um consenso quanto à votação da mesma. No entanto, disse não se opor a que o texto fosse divulgado e enviado aos órgãos de soberania, porque tal não inviabilizaria a posterior apreciação naquela Assembleia. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Mesa informou que a proposta naturalmente seria considerada e teria de ser posta à votação, ou não, dependendo da autorização do membro que a apresentou.-----

O Membro Luís Testa solicitou um Ponto de Ordem à Mesa: Mediante a apresentação do texto pelo Presidente da Junta de Alagoa o Membro Luís Pargana fez uma proposta concreta relativamente ao mesmo e pediu autorização ao seu autor para que ele pudesse ser submetido à votação; estando autorizada, por parte do autor do texto, àquele que fez a proposta, tem de se colocar à votação. -----

O Presidente da Mesa lembrou o facto de que o Presidente da Junta de Freguesia de Alagoa autorizou a divulgação do texto, portanto teria de passar às votações do mesmo: uma sobre a constituição do grupo de trabalho e outra sobre o texto. Questionou se mais alguém se queria pronunciar? -----

Solicitando o uso da palavra, Cristóvão Crespo pediu um esclarecimento ao Membro Luís Pargana para tentar perceber qual o sentido da proposta feita? ---

Novamente no uso da palavra, Luís Pargana respondeu que era no sentido da subscrição do texto pela Assembleia, através da votação, e a sua divulgação, nomeadamente aos órgãos de soberania.-----

O Presidente da Mesa disse que iriam iniciar as votações. Em primeiro lugar: a constituição do grupo de trabalho da conferência de líderes e das quatro Freguesias mencionadas anteriormente (Sé, São Lourenço, Alagoa e São Julião); -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o respectivo grupo de trabalho. -----

O Membro Cristóvão Crespo pediu para interromper a votação e disse que era mais descritivo o que o Presidente da Junta de Freguesia da Alagoa apresentou e não entendia qual a racionalidade em estar a votar aquele tipo de texto, porque se iam constituir o grupo de trabalho para discutir o assunto, não percebia o porquê de inserir uma questão daquela natureza. -----

Usando da palavra, Luís Pargana acrescentou que, sendo aprovado pela Assembleia Municipal, o que o Presidente da mesma ficaria mandatado para fazer era subscrever o documento e enviá-lo aos órgãos de soberania. Na sua perspectiva, o acto em si tinha uma importância enorme, porque o órgão máximo deliberativo do Concelho, tomando conhecimento de uma dinâmica local relativa a um pacote legislativo de grande importância, acolhia a posição tomada por um órgão autárquico de Freguesia e impulsionaria, inclusive, outras Freguesias a tomarem as próprias posições, para além da iniciativa específica que a própria Assembleia chamaria a si. Mais disse que as realidades locais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

eram diversas e, naturalmente, as posições também o eram. Os exemplos ali focados pelo Presidente de Junta da Freguesia de Alagoa poderiam ser diferentes dos serviços públicos de outras Freguesias e tal facto não seria mérito ou demérito para nenhuma, uma vez que ultrapassa as próprias dinâmicas locais e, naturalmente, há um quadro de competências comum, mas o exercício de tais competências assumia especificidades próprias, nascidas da diversidade do território. -----

O Membro António Baptista solicitou um Ponto de Ordem à Mesa, porque já estava terminada a discussão daquele tema e já se percebeu o que estava para ser votado, portanto não deveriam alargar mais o debate, mas sim votar quanto antes. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 6 votos contra e 7 abstenções, em 27 votos, aprovar a proposta da Junta de Freguesia de Alagoa. -----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo referiu que em relação à proposta que foi apresentada, não estava em causa a bondade da proposta, tão só a metodologia utilizada, porque se estava previsto um grupo de trabalho para tratar da questão, reafirmou que não fazia sentido avançar com uma situação isolada. Conclui, dizendo que seria importante que aquela Assembleia Municipal, ao entrar em processos daquela natureza, percebesse a posição dos partidos, em relação ao mesmo. -----

### **Declaração de Voto – João Filipe de Jesus (PSD)**

O sentido do meu voto contra é a ausência de racional da proposta. Aliás, se existe objectivo que é transversal à proposta de reforma da Administração local é precisamente haver uma alteração e uma inversão de dialéctica e de paradigma, em relação ao desenvolvimento local. Se tudo estivesse bem não valeria a pena mexer. Agora o que é preciso mexer é passar de pessimismo e de ideias previamente concebidas e dar um salto em frente para uma moldura legislativa que seja mais arrojada e que venha ao encontro das expectativas das populações.

### **Declaração de Voto – Miguel Arriaga (PSD)**

Subscrevendo aquilo que disseram os meus colegas de bancada e referindo apenas que não é uma declaração contra nenhuma Junta de Freguesia, mas dado que estamos a criar um grupo de trabalho, no sentido de uniformizar um conjunto de situações, não faz sentido nenhum estar a especificar alguém em concreto.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Carlos Vintém disse que a sua intervenção tinha a ver com o grupo de trabalho de acompanhamento das relações da Câmara Municipal de Portalegre com a Fundação Robinson. Salvo erro, já há quatro meses atrás, foram solicitados ao Executivo os documentos respectivos e até ao momento nada foi apresentado e, portanto, o referido grupo encontra-se amputado do seu propósito porque não tem documentos para tal. Aquele era um grupo de trabalho que foi aprovado na Assembleia, por sugestão do seu Presidente e, para honrar e dignificar aquela proposta, só teriam de fazer o que era necessário. Disse ainda que não fazia sentido o facto de já terem passado cinco ou seis meses e nem houve sequer uma palavra sobre o solicitado, nem qualquer justificação sobre o atraso dos documentos. Portanto, voltou a solicitar ao Presidente que, pelo que constou, já fez algumas demarches junto do grupo da CDU, no sentido da indigitação de uma pessoa para integrar o dito grupo de trabalho, para se resolver a questão pendente, uma vez que faria todo o sentido que fosse indicada a pessoa para que o grupo possa funcionar. -----

No uso da palavra, Luís Pargana disse que estava surpreendido com o repto que lhe foi lançado, pelo Membro Carlos Vintém, para solucionar uma questão que o próprio desconhecia que fosse um problema. Relembrou que a Assembleia Municipal criou uma Comissão de Acompanhamento com alguma relação com a Fundação Robinson e, quando o fez, a CDU definiu a sua posição, entendendo que o acompanhamento do funcionamento da Fundação Robinson era da competência do Executivo da Câmara Municipal de Portalegre e a Assembleia Municipal, no âmbito das suas funções, exerce as suas acções fiscalizadoras à acção do Executivo Municipal e de tudo o que depende do mesmo, nomeadamente a Fundação Robinson, os Serviços Municipalizados, o Mercado, etc. Portanto, não entendeu que se justificasse a constituição daquela Comissão e optaram por não designar nenhum representante para integrar a mesma, obviamente que sem por em causa toda a legitimidade que a Assembleia tem para criar as Comissões de acompanhamento ou Grupos de Trabalho que entender, mas também sem abdicar da legitimidade enquanto Grupo Político, com assento naquela Assembleia Municipal, para integrar os referidos Grupos de Trabalho. Em conclusão, o funcionamento do Grupo não dependia da CDU, porque a CDU, com a mesma legitimidade que tem para não integrar o grupo, não abdicará do direito de acompanhar o funcionamento do Executivo Municipal, da Fundação Robinson e de tudo que tenha a ver com o Concelho. -----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro disse que, uma vez mais, ficou ali bem claro a leveza com que o Grupo da CDU trata aquele assunto politicamente. O assunto em causa já ali foi presente em sucessivas reuniões e, a seu ver, era preocupante o facto de a CDU não saber, em concreto, qual o objectivo comum em se prosseguir com o dito Grupo de Trabalho, o qual visa, única e exclusivamente, apurar a relação existente entre o Município e a Fundação Robinson, uma vez que aquela Assembleia não tinha competência



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

para efectuar qualquer acompanhamento sobre a actividade da Fundação, mas somente para acompanhar a relação existente entre o Município e a Fundação. Mais disse que, naturalmente, o Grupo da CDU teria toda a legitimidade, tanto naquela matéria como em qualquer outra, para integrar Grupos de Trabalho, bem como para se demitir de tentar encontrar alguma “luz ao fundo túnel”, quando a mesma era, praticamente, inexistente. Mais disse que também seria legítimo que todos fizessem uma leitura política daquela renúncia, tentando ali encontrar alguns dados que, manifestamente, não foram apresentados àquela Assembleia Municipal, por quem tinha tal obrigação. O Grupo do PS, evidentemente, fazia a leitura política daquele acto de omissão, relativamente ao que o CDU tinha feito. Obviamente que o funcionamento da referida Comissão, sem um elemento indicado pela força política que era a da CDU para integrar a mesma, estaria a criar problemas ao seu funcionamento, desde logo porque era constituída por um número par de elementos. Disse ainda que, sem querer centrar-se naquela questão, nem sequer no argumento que o grupo da CDU sistematicamente utilizava para não assumir tal protagonismo. No entanto, a leitura política a fazer era o facto de que o Grupo Municipal, naquela Assembleia, não estava interessado em averiguar os verdadeiros encontros de contas, de actividades, de contratos-programa, etc. que todos queriam ver. Em conclusão, considerava que a posição tomada pela CDU era politicamente grave.-----

No uso da palavra, António Baptista, em relação ao assunto em debate, o argumento utilizado pelo Membro Luís Pargana, “caía por base” porque ao ter dito que “à Assembleia Municipal cabe fiscalizar”, acrescentou que foi exactamente para esse efeito que a Assembleia criou aquela Comissão. Na sua opinião, a Comissão não era para fiscalizar a Fundação Robinson, pois existiam os órgãos da própria, bem como o Executivo Camarário para o fazer. A Comissão foi criada com o objetivo de averiguar as relações entre a Câmara e a Fundação. Portanto, entendia que a CDU estava a desrespeitar a Assembleia, uma vez que nem foram criadas muitas Comissões pela Assembleia e uma Comissão não era um Grupo de Trabalho. Actualmente a referida Comissão estava inoperacional e na primeira reunião que realizaram ficaram por tomar as decisões que deveriam ter sido tomadas, mas que não o foram devido ao número par dos elementos da mesma. Portanto, a questão teria que ser decidida de uma vez por todas: ou se acabava a Comissão e a mesma tinha sido um erro do PSD, ou se continua em frente e a CDU reconsidera e integra a Comissão ou, por outro lado, se decidem por um novo elenco de representatividade, porque criarem-se Comissões que depois se chega à conclusão que não trabalham, nem servem para nada apenas desprestigiava a Assembleia Municipal. Em jeito de conclusão, afirmou não ter sido eleito para que se aprove um determinada Comissão que, passados vários meses, nem sequer conseguiu eleger um Presidente e um relator. Em Fevereiro seria útil haver uma sessão extraordinária para se decidir, definitivamente, o cancelamento ou a continuidade daquela Comissão. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, João de Jesus quis esclarecer o Membro anterior de que não foi o PSD que propôs a constituição daquela Comissão, mas que apenas votou favoravelmente à formação da mesma e indicou os elementos que lhe estavam atribuídos e que ali foram votados e decididos, em Junho de 2011. ----

Novamente no uso da palavra, António Baptista reformulou o que disse anteriormente e sem querer cometer nenhum lapso, disse: a Comissão foi sugerida pelo primeiro eleito da lista do Partido Social Democrata. -----

O Presidente da Mesa lembrou aos presentes que no Regimento da dita Comissão constava que o Presidente da mesma tinha um voto de qualidade, independentemente do número ser par. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Pargana disse que, perante as anteriores declarações dos Membros da Assembleia, chegou há conclusão que, de facto, existia ali um problema de desrespeito à Assembleia, na maneira como, alguns Membros, encaravam aquele órgão que era o máximo órgão deliberativo do Concelho. Questionou se achavam que uma Assembleia apenas funcionava se delegasse funções em Grupos de Trabalho ou em Comissões? Entendia que não se deveria colocar em causa a legitimidade da Assembleia Municipal ao subscrever uma posição tomada por uma Junta de Freguesia do Concelho, porque se iria criar um Grupo de Trabalho para abordar o assunto. Acrescentou que seria importante que todos reflectissem naquele processo. Lembrou aos presentes que na Câmara Municipal de Portalegre, no actual mandato, foi constituído pelo Executivo um Conselho de Administração da Fundação Robinson, composto por representantes das forças políticas com assento no mesmo e que a CDU designou um seu representante para o dito Conselho, o qual era Membro daquela Assembleia e que, no respeito pela Lei da Incompatibilidades, prescindiu do mandato. Era naquela qualidade que o Diogo Júlio Serra, constitui o Conselho de Administração da Fundação Robinson, sendo um cidadão no exercício pleno dos seus direitos, que estava naquele Conselho por ter sido designado pela CDU, que depositou nele toda a confiança política e solidariedade no seu desempenho. Portanto, a Assembleia Municipal não tinha de criar Comissões de Fiscalização, ainda por cima com o grau de especificidade técnica que veio à luz na intervenção do Membro Miguel Monteiro, uma vez que não tinham nenhum auditor. A Assembleia podia, eventualmente, uma vez que tem legitimidade para tal, solicitar uma auditoria à Fundação em causa mas não constituir quaisquer Comissões daquela natureza e exigir que as forças políticas lá representadas tenham que “embarcar” numa estratégia que não é a sua. Disse ainda que, a CDU, na sessão em que foi constituída aquela Comissão, tomou posição uma contra e decidiu-se pela não integração na mesma. Portanto, se foi criada uma Comissão com um número par ou ímpar, era porque tinha sido mal criada; se a regra foi que todas as forças políticas tinham de a integrar, fizeram-no mal. Em conclusão, disse que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

era a Comissão que teria de ser mudada e não a responsabilidade política da CDU, que sempre se pautou pelo respeito para com as forças políticas que tinham assento naquela Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que, a determinada altura, pensou que aquela questão fosse um problema de entendimento e, afinal, era mesmo um problema de conceito. A seu ver, o que estava em causa não era a capacidade ou a legitimidade da Assembleia Municipal criar comissões para os mais variados fins, mas sim o objecto da Comissão em causa. Todos sabiam que o objecto principal era referente à Fundação Robinson. Para si, quando a CDU ao dizer que não indicava nenhum Membro, por ter plena confiança política no seu representante no Conselho de Administração da Fundação, tal facto era um erro de apreciação, porque um Membro do Conselho de Administração não era representante da CDU, mas sim administrador daquela Fundação, nomeado pelo órgão Executivo do Município de Portalegre. Em segundo lugar, a CDU referiu que “no respeito pela Lei da Incompatibilidade, o Membro Diogo Júlio Serra pediu a suspensão do mandato no órgão de fiscalização, para assumir funções executivas na Fundação Robinson”, ou seja, também entendia que, quer a Lei, quer a CDU, quer o membro que pediu a suspensão, que não pode ser fiscalizador e fiscalizado ao mesmo tempo. Seguidamente, outro erro de apreciação que, inclusive, minorizou o papel a Assembleia Municipal na medida em que, de acordo com a tese que foi sendo elencada ao longo da intervenção do Membro Luís Pargana, se podia vislumbrar que caso a teoria tivesse algum proveito, seria desnecessária a própria existência da Assembleia Municipal, incluindo os Membros do PS, do PSD e do CDS. Alguns ainda mantinham confiança nos seus Vereadores e, portanto, dispensariam o acto de fiscalização. Chamou a atenção para o facto de que o acto de fiscalização não era um acto menor; tal como o acto deliberativo que aquele órgão tinha em mãos, o acto de fiscalização da actividade municipal, era o acto superior do próprio órgão. Portanto, o Partido Socialista não se demitia de fiscalizar a actividade do Município, bem como, de encontrar as melhores formas de o fazer. Disse ainda que, se a Assembleia Municipal decidiu que a melhor forma de fiscalizar aquele assunto em concreto, derivado da necessidade de aplicar uma estrutura mais ligeira e funcional, era a criação de uma Comissão e se as forças políticas nela representada se demitissem de o fazer, isso sim, consideraria um desrespeito pela mesma e pelo acto mais nobre que era o de fiscalizar a actividade do Município. -----

Solicitando o uso da palavra, Fernanda Bacalhau disse que a Assembleia tinha todo o direito e legitimidade para fiscalizar; as forças políticas tinham também todo o direito de participar daquela fiscalização. No entanto, a CDU tinha um direito, do qual não prescindia, que era o de tomar decisões sobre a sua posição, sobre a sua postura e seguir em frente com tais decisões. Além do mais, a Assembleia tinha poderes de fiscalização sobre a Fundação Robinson, como já tinha no mandato passado e se informação houve, sobre as contas da Fundação, deviam-nas aos eleitos da CDU, na sequência do pedido formulado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

por Adriano Capote e Diogo Júlio. Disse reconhecerem toda a legitimidade às outras forças políticas para estarem com aquela pressão na decisão, mas não adiantaria de nada porque a CDU não iria prescindir do direito que têm de decidir sobre o que entendem ser melhor e reafirmou que os direitos e os representantes que estão nos vários órgãos mereciam da CDU todo o respeito e confiança política, como representantes daquele grupo partidário. Relembrou inclusive que, no mandato anterior, não haviam representantes da CDU, nem no Conselho de Administração da Fundação, nem noutros órgãos mas, não foi por tal facto que deixaram de exercer o direito de fiscalização na Assembleia Municipal, onde tinham assento. Concluiu, dizendo que não se deveria estar a criar um problema onde ele não existia. -----

Solicitando novamente o uso da palavra, Luís Pargana reafirmou que, para a CDU, a Fundação Robinson podia ser uma estrutura com importância para o desenvolvimento do Concelho de Portalegre. Portanto, a CDU estava empenhada em que a mesma funcionasse e pudesse resolver os problemas que tinha, para poder aprofundar o serviço ao Concelho de Portalegre. Por tal motivo, a CDU tinha um elemento no Conselho de Administração, que trabalhava de forma positiva para o funcionamento da mesma e entendiam que não seria a multiplicação de grupos de trabalho que podia ajudar a aprofundar o bom funcionamento da mesma. Na sua opinião o grupo de trabalho não seria o esforço certo, mas sim um desperdiçar de energias. Tais energias deveriam existir através do Conselho de Administração, da Câmara Municipal de Portalegre que tem de acompanhar de perto e relacionar-se de forma estreita com a Fundação, assim como a Assembleia Municipal, enquanto órgão máximo e deliberativo do Concelho e com funções fiscalizadoras em tudo o que tem a ver com a actividade da Câmara e a normal vida do Concelho. Portanto, esperava não subsistirem mais dúvidas sobre a decisão da CDU. -----

No uso da palavra, Carlos Vintém disse ter dificuldade em entender o que ali se estava a passar, porque a CDU continuava a falar insistentemente da Fundação. Contudo, a questão não tinha diretamente a ver nem com a Fundação, nem com o Diogo Serra e nem com a Fernanda Bacalhau mas sim com o Executivo Municipal e com o facto de, ao longo dos últimos anos, naquela Assembleia e na discussão das questões da Fundação com a Câmara Municipal de Portalegre não se terem compreendido, na íntegra, as relações entre as duas instituições. Apesar dos relatórios dos revisores oficiais de contas ali presentes, referiu que nunca a CDU explicou sequer as discrepâncias que os mesmos levantaram. Relembrou o facto do Presidente daquela Assembleia ter proposto a criação da Comissão para esclarecimento urgente da situação. Acrescentou que, desde o início daquela discussão, chamou a atenção ao Membro Luís Pargana de que não estavam a colocar em causa o Conselho de Administração da Fundação, nem o seu representante da CDU, mas tão somente o erro apontado pelo ROC nas relações da Câmara. Tal erro era o que todos os Membros queriam ver esclarecido, de uma vez por



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

todas. Disse ainda que, numa perspectiva de que aquele processo fosse “limpo” e participado por todos é que a Comissão, numa primeira reunião, entendeu que a CDU deveria integrar o grupo, no entanto, pareceu-lhe que as probabilidades de tal acontecer seriam pouco prováveis, infelizmente. -----

No uso da palavra, o Presidente da Mesa informou os Membros de que o período de intervenção terminara e iriam passar para os pontos da Ordem do Dia, os quais teriam a distribuição de tempo controlada a cada Grupo Partidário. -----

### **ORDEM DO DIA:**

**1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;**

Presentes os relatórios do Executivo Camarário respeitantes à Actividade Municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

No uso da palavra, Conceição Grilo disse que, em relação à actividade municipal, ali apresentada de forma diferente, mas que quanto ao conteúdo não apresentada alterações significativas, porque elencava um conjunto de organizações de exposições, participações em exposições, seminários, congressos e reuniões, ou melhor, um conjunto de referências que não traziam nada de concreto, relativamente àquilo que poderia melhorar a vida da Cidade e dos seus cidadãos. Pareceu-lhe, inclusive, que relativamente a algumas iniciativas, como a agenda cultural do CAEP, da qual deveria constar nos relatórios, os aspectos mais importantes para a dinâmica da Cidade e dos quais gostaria de ter conhecimento. Mencionou, inclusive, a situação do Restaurante do Castelo, o qual estava já há muitos meses fechado, sem qualquer previsão de reabertura; sobre a Zona Industrial também não havia novidade de mais alguma empresa ter aberto. Portanto, seriam aqueles os assuntos positivos que gostaria de ver postadas no relatório da actividade municipal e, eventualmente, outras notícias, como por exemplo a questão da transferência da Rodoviária Nacional para as novas instalações. Por último, solicitou que no próximo relatório da actividade municipal viessem discriminadas as ordens de trabalhos das várias reuniões efectuadas, assim como as decisões que foram tomadas, para se ter conhecimento de que a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Autarquia reunia com uma outra Associação/Entidade e também da evolução das mesmas. -----

No uso da palavra, António Baptista disse que, em relação aos pontos 4.1 e 4.2, na parte da Protecção Civil em que informavam terem sido realizadas operações de silvicultura e de faixas de gestão de combustível, considerou que, uma vez que o Concelho foi alvo de incêndios nos últimos anos e na parte mais a Norte e no Parque Natural da Serra de S. Mamede, grande parte do combate aos mesmos começava na prevenção antes da época crítica. Naquele sentido, referiu ter gostado de ver o que mencionavam aqueles pontos do documento. No entanto, entendia que deveria estar mais explanada a política da Câmara no sentido da prevenção ao combate ao incêndio, visto que se vai atravessar uma época decisiva na temática da limpeza dos terrenos. Solicitou, esclarecimento no intuito de saber o que o Executivo teria previsto, naquele aspecto, para os próximos meses? -----

No uso da palavra, Luís Testa considerou que não se combatia a exiguidade da informação da Câmara à Assembleia Municipal com o excesso de informação pouco interessante. Referiu também que o Executivo deveria de ter o objectivo de informar aquela Assembleia com algo de relevância política. Entendia pois que, o Executivo Municipal, na busca incessante por apresentar um Relatório o mais completo possível, o mesmo mais parecia um almanaque. Em segundo lugar, perguntou o que é que se passava com a Estação de Camionagem? Em Maio próximo já faz um ano que foi a inauguração e, efectivamente, era inacreditável que aquilo permaneça sem utilização e sem se saber, de forma consistente, o que se passa com aquele edifício. -----

Em resposta, a Presidente de Câmara começou por falar na questão da Protecção Civil, dizendo que, efectivamente, era o objectivo daquele Executivo apostar na prevenção contra incêndios e nas GOP já estava mencionado o desenvolvimento naquela área. Informou que apareciam algumas candidaturas e que eram financiadas a 100%. Portanto, entendia que as mesmas não deviam ser descuradas, uma vez que ainda tinham presentes na memória os graves incêndios ocorridos em 2003. Mais referiu que tinha de se apostar, cada vez mais, na protecção, porque ficava muito mais barata do que a resolução dos problemas posteriores. Acrescentou que os sapadores municipais foram considerados uma das melhores equipas do Distrito de Portalegre e, sem dúvida alguma, têm sido uma mais valia para a Cidade e junto das Freguesias, sempre que solicitados para resolverem os problemas. Relativamente à questão do relatório de actividades, referiu que o mesmo também tinha de mostrar o que era o dia a dia do Município. Podia ser mais sintético ou mais elaborado, não negou tal facto. Quanto à Central de Camionagem, informou que as negociações têm sido bastante difíceis, porque a pessoa que estava à frente da empresa, alterava as condições frequentemente. Contudo, o assunto já foi levado à reunião de Câmara e estava agendada uma reunião, para o





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

início de Janeiro, para que, de uma vez por todas, ficasse esclarecido o que se pretende com a Central, pois era muito difícil negociar com alguém que num dia diz uma coisa e que, no dia seguinte, exige novas contrapartidas. -----

### 2 – Acta n.º 13 relativa à 12.ª sessão ordinária, realizada em 26.09.2011;

Presente a Acta referente à última sessão da Assembleia, acima mencionada. -

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 4 abstenções, em 24 votos, aprovar a presente Acta.-----

### 3 – Projecto de Regulamento para Doações/Legados ao Serviço de Biblioteca Municipal, Arquivo Histórico e Centro de Estudos José Régio; - Deliberação de 2011.11.28 -

Presente informação interna n.º 5147, de 5 de Novembro, da Divisão da Cultura, Património e Turismo, referente à proposta de Regulamento para Doações/Legados ao Serviço de Biblioteca Municipal, Arquivo Histórico e Centro de Estudos José Régio. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 25 presenças, aprovar o documento em debate. -----

### 4 – Relatório de Contas e Perspectivas do Conselho de Administração do MMPO/2010 – Para conhecimento;

Presente o Relatório de Contas e Perspectivas do Conselho de Administração do MMPO, referente ao ano de 2010. A Câmara tomou conhecimento.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

O Presidente da Mesa questionou se algum dos presentes se opunha a que a discussão dos seguintes pontos – Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAT– fossem discutidos em conjunto e, posteriormente, votados em separado? Não havendo objecções, passariam à apreciação dos mesmos. -----

### 5 – Orçamento e PPI dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2012; - Deliberação de 2011.12.12



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente informação dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes a remeter os Documentos Previsionais (Orçamento e PPI) para 2012. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos.----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 25 presenças, aprovar os documentos acima mencionados. -

### 6 – Mapa de Pessoal para 2012 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação de 2011.12.12 -

Presente informação dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes a remeter o Mapa de Pessoal/2012. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento supra citado. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o referido documento. -----

O Presidente da Mesa questionou se algum dos presentes se opunha a que a discussão dos seguintes pontos – Grandes Opções do Plano e Orçamento/Mapa de Pessoal da Câmara Municipal – fossem discutidos em conjunto e, posteriormente, votados em separado? Informou que no debate daqueles pontos os grupos partidários dispunham de mais tempo para usar da palavra. -----

### 7 – Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2012;

- Deliberação de 2011.12.12 -

Presente o Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2012. A Câmara tomou conhecimento e deliberou aprovar os documentos, com o voto de qualidade da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, três votos contra e uma abstenção. -----

Usando da palavra, a Presidente da Câmara solicitou à Mesa permissão para fazer uma apresentação em powerpoint do Orçamento Municipal para 2012, dizendo que o quadro demonstrava, resumidamente, as receitas e as despesas, para se ter uma noção de que as despesas correntes representavam 55% do valor do orçamento e eram, pela primeira vez, financiadas na totalidade pelas receitas correntes. Informou que, de um modo geral, o orçamento ali presente era um orçamento que se pautava por grande rigor orçamental, estava condicionado por quebra de receitas, principalmente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

das que resultavam da transferência do Estado. Passou então a explicar, rubrica a rubrica, os valores respectivos.-----

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro saudou a novidade pelo facto de terem ali a Presidente de Câmara a fazer uma breve apresentação daquilo que era, em termos financeiros, o Orçamento. Contudo, tal apresentação tinha um significado que, curiosamente, entroncava com o início da argumentação que o próprio quis introduzir, ou melhor, pretendia ali discutir um orçamento que considerava manietado pela autêntica política destrutiva que os Executivos do PSD praticaram sobre o Concelho, na última década e que levou a que agora tivessem um orçamento de 22 milhões, para uma dívida de 55 milhões. Portanto, deixando aquelas questões que já eram conhecidas de todos, pretendeu centralizar a sua intervenção nas Grandes Opções do Plano. Referiu que, curiosamente, o que a Presidente de Câmara fez foi falar acerca de instrumentos financeiros, mas não disse uma palavra acerca das Grandes Opções do Plano. Na sua opinião as mesmas, simplesmente, não existiam nem tinham sequer uma estratégia definida nem uma linha condutora daquele Município, relativamente ao futuro e ao destino do Concelho. Disse que tal facto poderia ser patenteado pelas três páginas que a Presidente escreveu na introdução da apresentação das Opções do Plano e, de certa forma, em contraposição com as sete páginas dedicadas ao combate aos incêndios e à Proteção Civil que o próprio plano de actividades tinha. Mais referiu que, pela análise que fez ao que estava mencionado na parte das Grandes Opções do Plano, o próprio documento tinha algumas falácias, desde logo na parte em que a Presidente fez algumas declarações públicas referindo uma aposta na reabilitação urbana. Na sua opinião, aquela aposta não tinha qualquer tradução contabilística naquele orçamento, pois as verbas ali presentes para tal, até estavam integradas nas verbas destinadas à segurança e acção social, que tinham a ver com empreitadas no programa ProHabita, ao qual a Câmara já estava vinculada há alguns anos e que tem sido incapaz de concretizar por falta de capacidade financeira para cumprir com a sua parte, uma vez que o Estado assegurou a sua componente. Portanto, a reabilitação urbana não se resumia àquelas empreitadas, as quais se destinam a ter uma prática social saudável, mas sim muito mais do que aquilo. Por vezes nem seriam necessários grandes meios financeiros para que tal questão se pudesse colocar em prática no Concelho, como o PS sempre defendeu, no entanto e uma vez mais tal não aconteceu. Disse ainda existirem outros lapsos, que entendia fossem de linguagem, no caso da apresentação das Grandes Opções do Plano, pela Presidente de Câmara, em que referiu que as áreas onde pretendia apostar, como estratégia para Portalegre, eram: as questões sociais; a cultura e com o desporto. Sobre aquelas áreas pretendeu saber como é que a Sr.<sup>a</sup> Presidente traduzia tais palavras, mais propriamente no que respeitava ao corte no orçamento para o Cartão do Idoso, na componente dos medicamentos, de 22.000 € em 2011 para 10.000 € em 2012? Confessou não entender aquele reforço da componente social com números daqueles. Mais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

referiu que, na comparticipação da factura da água, o apoio concedido em 2011 era de 36.000 € e o proposto para o ano de 2012 de 15.000 €, ou seja, era o mesmo valor que estava orçamentado para as actividades culturais do Mercado, as quais tinham a devida importância sociológica mas que, na sua opinião, deveriam ter um peso menor, comparativamente ao apoio efectivo às populações mais carenciadas. Quanto ao exemplo das actividades de divulgação do CAEP, tiveram, em 2011, um orçamento de 22.150 € e para 2012 um apoio de 12.000 €; também para a aquisição de serviços técnicos o orçamento era de 152.480 € e em 2012 passaram para 76.000 €. Acrescentou ainda o exemplo do apoio ao importante evento desportivo que era a Baja 500 Portalegre, a qual teve uma verba de 75.000 € em 2011 e que agora o apoio orçamentado era de 55.000 €. Portanto, existiam algumas contradições que gostaria de ver ali esclarecidas, porque o discurso das Grandes Opções do Plano era uma coisa e os números reais que ali estavam eram outra. Disse ainda que a sua Bancada sempre defendeu um caminho diferente, entre outras coisas: a política de reabilitação social para o Concelho; uma política de apoio ao associativismo; o não abandono do apoio às Juntas de Freguesia, as quais ficaram sem qualquer verba atribuída para 2012. Referiu que, por várias vezes, solicitaram informação acerca das dívidas que o Município de Portalegre tinha perante as associações que, em grande parte, são as que dão vida ao Concelho, face à incapacidade financeira que o Município tem tido e, finalmente, tinham alguns dados disponíveis. Perante aqueles dados, questionou a Presidente se era verdade, ou não, que o Município devia 409.000 € ao Centro Comunitário do Bairro dos Assentos, para a construção do Centro Comunitário B do mesmo Bairro, aliás “atirando” a dívida para 2014, para lá do fim do seu mandato e a maior parcela da mesma, curiosamente, não estava para 2012, mas sim para 2013 e 2014. Também perguntou se era verdade que eram devidos 24.500 € à associação de Solidariedade Social dos Professores? 25.000 € à Tégua? 12.500 € à Obra de S.<sup>a</sup> Zita? 115.000 € à Associação de Amigos da Terceira Idade das Carreiras? 7.500 € à APPACDM? 13.000 € à Cruz Vermelha Portuguesa? 7.500 € ao Coo Infantil dos Assentos? 28.000 € ao Corpo Nacional de Escutas? À Associação Comercial de Portalegre, entre outras verbas, 18.000 € relativos ao projecto de Arquitectura Casa de Portalegre; 68.000 € relativamente a outras obras em que a Câmara teria que participar; 8.000 € à Associação de Agricultores, e outros mais, de uma lista que, no total, atingia 1.000.000 de euros. Em conclusão, foi aquele o estado a que chegaram porque alguém encheu demasiado o “balão”, sem ter em linha de conta que o mesmo, quando rebentasse, ia rebentar com estrondo e de uma vez só. Terminou, dizendo que aquele não era, obviamente, o orçamento do PS, nem eram as suas Opções e quem pagava por elas, uma vez mais, era a Cidade de Portalegre e os Portalegrenses, lamentando que assim fosse. -----

Usando da palavra, a Presidente de Câmara respondeu que tudo o que foi dito anteriormente era verdade e que todos os valores indicados também o eram.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Mas a verdade era que o Mundo também mudou, o País mudou e não menos verdade o facto de que se viveu acima do que eram as possibilidades. No entanto, tal não se passou só com Portalegre. O Governo do PS era também muito culpado do caos a que se chegou. Relativamente à questão da Baja Portalegre disse que estavam inscritos 75.000 € mas, de facto, o evento desportivo foi realizado no corrente ano com 40.000 € e o que estava era referente a dívida que ficou paga. Quanto ao CAEP, estavam inscritos 150.000 €, mas chegaram à conclusão que os espetáculos não tinham público, porque os cidadãos não têm dinheiro. Portanto era provável que fosse mais viável realizarem menos e com mais qualidade, para haver público. Por outro lado, disse estarem conscientes de que a verba seria suficiente pois, o restante era de um financiamento denominado Arte Sul. Na sua opinião, tinham de ser mais criativos e procurar o dinheiro onde o mesmo existe: em candidaturas. Em relação ao cartão de Idoso, disse que o importante era a forma como se davam os medicamentos actualmente e a forma como se apoiavam as pessoas. Antigamente, todos tinham cartão de idoso, mas não era o facto de se ser idoso que significava que o mesmo não tinha dinheiro, porque existiam muitos idosos que tinham dinheiro e o apoio deverá ser para com aqueles que realmente necessitavam. Portanto, aquela seria a medida certa a tomar. Na reabilitação urbana disse que a ação social, estava directamente relacionada com o ProHabita, programa que se destinava a famílias carenciadas e que, embora não estivesse devidamente espelhado nas GOP's, também estavam a ser explorados novos caminhos, como era o exemplo do Programa Jessica, o qual era diferente e nada tinha a ver com o ProHabita porque tratavam-se de parcerias público-privadas, em que a filosofia de base era para que existisse um retorno no programa, naquela área. Paralelamente ao Programa Jessica, informou que existiam outros programas que estavam para sair e que eram financiados por três entidades bancárias. Havia, portanto, muito por explorar embora só há pouco tempo é que o Governo deu indicações daquelas medidas, mas que iriam avançar urgentemente. -----

No uso da palavra, Luís Pargana disse estar atento ao que foi proferido e que iriam deliberar sobre os dois documentos fundamentais que vão nortear a actividade da Câmara Municipal de Portalegre, no próximo ano. Em primeiro lugar, as Grandes Opções do Plano que entendia como o que definia as acções, as obras e os projectos que vão ser desenvolvidos e o Orçamento e Mapa de pessoal, os quais definiam os recursos necessários para a concretização daquelas acções, obras e projectos. Referiu que, da breve explicação dada pela Presidente de Câmara, constataram que os recursos para o próximo ano iriam ser muito escassos. Os tais 22 milhões de euros que, mesmo não fazendo a necessária comparação necessária com a dívida, mas comparando-o com o histórico dos anteriores Orçamentos era o mais baixo e reduzido desde 1998. Portanto, como diz o Povo com razão: “Quando há necessidade, o engenho aguça-se” e, perante a escassez dos recursos e a dificuldade do País, aquilo que se esperava era que quem tinha a obrigação de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

gerir a “coisa pública” é que teria de definir uma estratégia rigorosa e racional de aplicação dos mesmos, para poder concretizar o maior número e com a maior qualidade de ações, obras e projectos, as tais que devem ser definidas nas GOP. Mais do que estar preocupado com a crise e a escassez dos recursos disse estar ainda mais com a escassez de ideias apresentadas naquele documento das GOP, documento que deveria ser estratégico e que devia ser rigoroso para permitir racionalizar os recursos. No entanto, o documento ali apresentado, para apreciar e deliberar sobre a estratégia da Câmara, era uma colagem de capítulos de temas de competências daquela Câmara Municipal, ou seja, aquele que deveria ser o documento estratégico da política do Executivo e traçar um rumo num momento difícil, acabava por fazer enunciar algumas das competências que, obviamente, eram próprias de uma Câmara Municipal. Relembrou o facto de que as Grandes Opções do Plano era o documento político por excelência porque deverá apresentar o rumo da política Municipal. Relevou que não estava a pedir retórica, mas sim a capacidade de racionalizar e rentabilizar os recursos que eram escassos. Mais disse que, na maneira como o referido documento estava elaborado, uma das ações mencionadas era a comemoração dos 150 anos da Banda Euterpe, a qual em 2012 comemora já 152 anos; podia ter sido apenas um lapso, mas ilustrava a falta de rigor que, numa altura como aquela, devia descansar os portalegrenses e afirmar que têm um rumo à vista para conseguirem superar as dificuldades que resultam da conjuntura do País e de opções estratégicas de mandatos anteriores. Sublinhou que aqueles documentos não eram, de todo, documentos previsionais que a CDU apresentaria, se tivesse responsabilidades de gestão. Deu o exemplo das cerca de 30 Câmaras que o seu Grupo Partidário geria, a nível nacional, apenas duas estavam em situação difícil, uma das quais tinha sido ganha no último mandato e ainda outra que ganharam há cerca de três mandatos atrás, numa situação de grande dificuldade financeira e com dívidas acumuladas, mas que já estava saneada e era uma Câmara modelo, em termos de gestão financeira. Acrescentou que era uma imagem de marca da gestão da CDU no poder local, a gestão rigorosa dos dinheiros públicos. Em conclusão, aquele não era o Orçamento nem as Grandes Opções do Plano que a CDU faria se tivesse responsabilidades executivas ou desejaria para o seu Município. No entanto, referiu uma vez mais as dificuldades conjunturais e económicas que se atravessam e todos sabiam que a própria Câmara Municipal de Portalegre teve, recentemente, alterações profundas na sua gestão, com a renúncia do anterior Presidente ao mandato e com a recomposição decorrente de todo o Executivo e das próprias funções da Presidência da Câmara, bem como o facto de, no primeiro mandato, a própria Lei ter a prerrogativa de dilatar no prazo a elaboração dos documentos previsionais. Portanto, tal situação de mudança criava, naturalmente, instabilidades e períodos de adaptação, pelo que compreendiam e tinham consideração na análise feita aos documentos em causa e à importância dos mesmos para a gestão do Município para o próximo ano. Pelo exposto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

anteriormente, disse que a CDU se iria abster na votação daqueles dois documentos.-----

No uso da palavra, António Baptista disse que, quando apreciou aquele Orçamento, a sua primeira preocupação, visto não ser economista nem especialista em Orçamentos, foi a de ir ter com pessoas que, além de conhecerem a Cidade também conheciam os números e referenciaram-lhe dois aspectos importantes. O primeiro que lhe fora referido era o facto daquele ser um Orçamento realista, porque não extrapolava receitas nem escondia despesas. Realçou o facto de ser um orçamento baixo, mas sendo uma pessoa que sempre preferiu as realidades às fantasias e de encarar as dificuldades frontalmente, disse que era preferível não terem ilusões. Notou, inclusive, que a despesa com o pessoal camarário tinha um decréscimo acentuado, o que lhe pareceu ser um bom caminho porque tais despesas, não só no sector Central, como no Regional e também no Local, eram das principais que aquelas instituições tinham e era necessário perder hábitos que vinham detrás, não só de há 10 anos, mas de mais. Focou a necessidade se criar também uma mentalidade de que o Estado não podia ser, nem terá de ser o principal empregador. Mais disse que, em relação ao combate aos incêndios, não era da opinião de que apenas estavam ali apenas mais sete páginas de combate aos incêndios, mas sim sete páginas de prevenção da Floresta, encarando o Parque Natural da Serra de S. Mamede como uma das maiores riquezas que o Concelho de Portalegre tinha para potencializar o Turismo e a Cultura, podendo gerar riqueza e desenvolvimento para o Concelho. Portanto, todas e quaisquer medidas que visassem proteger o Parque e fomentar a sua importância seriam sempre bem vindas. Referiu também a questão Social, na qual leu alguns parágrafos sobre a habitação social, a Loja Social e o Voluntariado. Daquele último, declarou ser um grande defensor e visto que o ano de 2012 será de grande crise e que será necessário apostar em ajudar e estar mais perto do próximo, qualquer ação que a Câmara Municipal de Portalegre venha a ter, no sentido de fomentar o voluntariado, seria sempre algo que enriqueceria o Município e, principalmente, as pessoas. Disse inclusive, que o Município não devia preocupar-se somente com o enriquecimento económico e monetário, mas também em tornar melhor os termos sociais para com os munícipes. Por fim, em relação à questão dos espetáculos culturais, disse gostar de todo o género de cultura mas, por outro lado, entendia que “quando não há pão, não há divertimento” porque, acima de tudo, está-se a atravessar uma época em que os gastos só poderão ser direcionados para o que é indispensável. Se o Executivo entendeu que deveriam cortar em espetáculos, por os mesmos terem pouco ou nenhum público, concordava com a medida tomada, pois deu o mote de como se deve encarar o ano de 2012 e as prioridades que aí vinham. A Cultura é importante mas não é essencial, nem indispensável.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Manuel Marques disse que ao ter ouvido a explicação da Presidente sobre o Orçamento, na parte em que referiu que algumas Juntas tinham sido ouvidas por causa do Protocolo, lamentou o facto de não terem sido todas, para que ficasse registado. Referiu também que, na página 21 do documento em causa, referente ao “Desporto nas Freguesias”, ficou na dúvida ao ler o seguinte: “Criar uma rede de eventos desportivos, para que se criem sinergias entre todas as Freguesias, promovendo encontros concelhios, trazendo os participantes às Sedes de Concelho ou levando os munícipes de certas Freguesias a outras vizinhas.”, na sua opinião devia ser lapso de escrita, pois o correcto seria: “...levando os munícipes de todas as Freguesias...”, não estavam indicadas quais eram as mesmas? Por outro lado e devido às dificuldades financeiras existentes, disse que a Presidente de Câmara fez a explicação do orçamento de forma comovida, portanto esperava não ouvi-la dizer que os Portalegrenses podiam dormir descansados, como já aconteceu anteriormente.-----

Em resposta, a Presidente de Câmara afirmou dar o seu melhor todos os dias e, provavelmente, o facto de não ter vertido tudo nas Grandes Opções do Plano, deveu-se a que somente na última semana é que determinadas questões tomaram o seu rumo. Para além da preocupação que tinha com aquele Orçamento, pretendia que o mesmo fosse real e rigoroso, sem descurar outros aspectos importantes. Na sua opinião, talvez fosse preferível ter um Orçamento como aquele mas, ao mesmo tempo, contar com alguns investimentos que eram fulcrais para o desenvolvimento da Cidade e que, para tal, teriam de trabalhar afincadamente. Apontou o exemplo da alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial, pois tudo indicava que existia vontade política no sentido da Escola da GNR vir para Portalegre o que, embora não esteja evidenciado no orçamento, tem de ser olhado com relevância. Mais disse que a sua preocupação seria, basicamente, trazer para cá projetos estruturantes de maneira a fixar pessoas. Através daqueles projetos outras dinâmicas se geram e, se tudo correr conforme o esperado, virão outros projetos atrás, os quais serão uma mais-valia para a Cidade, para as Juntas e para o concelho.-----

Solicitando o uso da palavra, João Pina do PS disse ficar contente por a Presidente de Câmara ter apresentado um orçamento rigoroso e real, para as dimensões da Câmara Municipal de Portalegre, no entanto ficava a pensar porque é que enquanto foi Vereadora pactuou com Orçamentos inflacionados e muito acima das dimensões da própria Câmara. O PS alertou para tal facto durante vários anos. Mencionou o exemplo do Orçamento no ano de 2005, no valor de 73.000.000 €. Deu conhecimento aos presentes de que, feitas as contas do Orçamento face à população nos Concelhos de Elvas, Portalegre e Ponte de Sôr, o resultado foi: Elvas com um Orçamento de 30 milhões; na Ponte de Sôr cerca de 28 milhões e na Câmara Municipal de Portalegre de 22 milhões de euros; o que *per capita* significava para os Portalegrenses num



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Orçamento disponível por habitante de menos 50% (800€), comparando com Elvas (1.300€) e Ponte de Sôr (1.500€). Contudo, arazão dada pela Presidente era de que o orçamento apresentado tinha como base as diminuições nas transferências do orçamento de Estado, o que, vistas bem as coisas, foi igual para todos os Municípios. Acrescentou o facto de que muitos dos Municípios mantinham o orçamento do ano passado para o próximo ano, mas a Câmara de Portalegre apresentava uma diminuição de cerca de 6 milhões de euros, face ao que foi aprovado o ano passado. Questionou se para além da razão das transferências do Orçamento de Estado, porquê a diminuição enorme que se via para 2012? -----

No uso da palavra, Miguel Arriaga disse querer dar os parabéns ao Executivo pelo esforço significativo que fizeram na construção daquele Orçamento. Percebia-se que a situação da Autarquia e do País não era nada fácil e seria necessário muito boa vontade para criar um Orçamento como o que conseguiram desenhar. Por outro lado, quando alguns Membros usaram o termo “falácias” sobre certas questões do Orçamento, não concordou porque tal expressão era o que se designava por quase vitórias. Relevou que, acima de tudo, não existiam contradições naquilo a que foi referido, quando o Executivo falou no Orçamento, mas sim valores reais, pelos quais se fará um esforço significativo para conseguir ter Orçamento mais ajustado e verdadeiro. Conforme foi dito, e muito bem, pela Presidente: o País não vivia de ilusões como viveu até há pouco tempo e, a seu ver, estava mais do que na altura de todos perceberem que a situação era grave e, portanto, a Autarquia também teria de fazer um esforço no sentido de adequar o Orçamento à realidade. Ainda relativamente ao esforço feito quanto ao apoio social, referiu que as verbas desceram, não de uma forma significativa mas, contudo, havia uma preocupação importante que era o facto de se triangularem algumas situações, mais concretamente no apoio social prestado à população de Portalegre, ou melhor, até há pouco tempo não eram cruzados dados sobre o apoio social prestado e, actualmente, já o era. Portanto, o apoio social entregue à população era feito de uma forma mais rigorosa do que até então. Acima de tudo pretendeu felicitar o Executivo pelo rigor empregue em questões como aquela. -----

Usando da palavra, a Presidente da Câmara, relativamente à questão que lhe colocaram sobre a diferença do Orçamento entre os Concelhos, se deveu ao facto da Câmara de Portalegre ter sido a que mais contribuiu para o QREN, em termos de execução (21%), a nível de todo o Alentejo, e que já pagou. -----

Novamente no uso da palavra, Miguel Monteiro disse ter ficado satisfeito com a referência feita pela Presidente e por saber que a Câmara Municipal de Portalegre aproveitou bastante um conjunto de verbas que os anteriores governos do PS disponibilizaram, nomeadamente através dos Quadros Comunitários. Seguramente, não houve nenhum outro governo que tivesse



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

dado tantas possibilidades para que o Município de Portalegre investisse como investiu. Referiu, inclusive, que não era megalomania os Portalegrenses exigirem que o Orçamento daquela Capital de Distrito tivesse na sua componente e nas Grandes opções do Plano muito mais do que apenas o dinheiro para pagar dívidas e para pagar os vencimentos dos funcionários do Município. Aquele não era, certamente, o Orçamento de uma Capital de Distrito. Aquela era pois, a triste realidade, além de que, continuavam com a má opção de atirar dívida para exercícios posteriores, como era o exemplo dos cerca de 5 milhões, dos 22 das Grandes Opções do Plano, que passaram para 2013 e 2014. Por último, referiu que, se estivesse no lugar de Presidente de Câmara, sentir-se-ia incomodado com uma certa perda de “conforto” que normalmente era dado pelos eleitos do Partido Comunista ao anterior Presidente, uma vez que votavam favoravelmente o Orçamento, mas que agora, à primeira oportunidade tida perante aquele Executivo, se abstiveram. --

O Presidente da Mesa lembrou os presentes de que passariam primeiro à votação das GOP's e depois Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 12 votos contra e 2 abstenções, em 30 votos, aprovar as Grandes Opções do Plano. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 11 votos contra e 2 abstenções, em 29 votos, aprovar o Orçamento da Câmara Municipal de Portalegre para 2012. -----

### **DECLARAÇÃO DE VOTO** – Luís Testa – (PS)

Antes de mais, quero dizer que o Partido Socialista sempre teve opções concretas, relativamente à gestão do Município. O Partido Socialista sempre balizou, concretamente, a sua posição em relação ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano. O Partido Socialista sempre disse que o apoio às Juntas de Freguesia, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista dos meios, seria imprescindível; que o associativismo seria fundamental; o investimento quanto à reabilitação urbana seria primordial e que a tónica referente ao aumento da participação democrática, através do Orçamento de implementação do Orçamento participativo, seria uma forma única de trazer à coação as populações para discutir aquilo que são os seus problemas e os seus interesses. Nós estamos perante o pior Orçamento desde 1999 e é preciso recuar tanto e tanto tempo para perceber os disparates que foram feitos ao longo destes anos. Existem duas formas de gerir uma casa como esta: 1.<sup>a</sup> - com dinheiro, quando existe dinheiro; 2.<sup>a</sup> – com imaginação, quando existe





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

dinheiro, ou só com imaginação, quando o mesmo dinheiro não existe. Folheando e refolheando as Grandes Opções do Plano, vemos que a imaginação é zero, porque não se compreende que não se apresente uma solução para um Concelho como Portalegre e que os documentos que nos são aqui hoje apresentados unicamente redundem num orçamento e numas Opções do plano que servem para pagar dívida e fazer despesa corrente. Isto não é um Orçamento de uma Câmara Municipal, isto poderia ser um Orçamento de qualquer organismo anacrónico. A Presidente de Câmara perdeu uma grande oportunidade para causar uma boa primeira impressão. E esta primeira oportunidade não se repete, porque não existe uma segunda oportunidade para causar uma boa primeira impressão. Aquilo que nós estamos a viver é uma realidade extremamente exigente e Portalegre merecia que a Presidente estivesse à altura da realidade, mas com a sua obsessão de resolver problemas insolúveis do passado, perde-se na sua mesma tentativa de resolução, sem ter capacidade para inovar e ter capacidade para dotar o Município e o concelho de Portalegre de novas visões e novos paradigmas. É por isso que o Partido Socialista vota contra e não se revê nestes mapas, nestes documentos e neste Orçamento, nem nestas Grandes opções do Plano. No ano passado nós dissemos que, àquele Orçamento, não seria preferível viver sem ele mas viver com um melhor Orçamento. Por isso admitíamos que era possível fazer um melhor Orçamento. Isto também para contrapor a outro Partido da oposição que tinha manifestado um voto favorável. Hoje, o Partido Socialista não só mantém a sua posição, mas como altera a sua visão relativamente ao próprio Orçamento. Achamos, sinceramente, que relativamente a este Orçamento, não só seria melhor viver com outro Orçamento, como seria exatamente igual viver sem Orçamento. Porque se vivêssemos sem Orçamento, a única coisa que teríamos era a capacidade para pagar dívida e fazer despesa corrente. Portanto, outro caminho não nos resta senão votar contra.

### **DECLARAÇÃO DE VOTO** – Manuel Marques – (PS)

Estamos no terceiro orçamento deste mandato autárquico de quatro anos e infelizmente a freguesia de Fortios foi, mais uma vez, “esquecida” e tratada com desigualdade em relação às restantes freguesias, em termos de previsão de realização de qualquer obra de interesse e necessidade para a sua população. A população da Freguesia de Fortios necessita de um equipamento coberto que permita a realização de eventos de natureza cultural, desportiva ou recreativa. Esteve prevista a construção do “Centro Social e Comunitário” – Projecto n.º 2011/13 – no Orçamento para 2011, embora sem dotação definitiva. Porém, neste Orçamento desapareceu o referido projecto; Esteve prevista a construção de balneários no recinto desportivo – Projecto n.º 2011/48 – sem dotação definitiva, mas que durante o período de campanha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

eleitoral para o actual mandato autárquico já tinha duas “paletes” de tijolo no local para começar a obra. Porém, neste Orçamento desapareceu o referido projecto. Está em execução a “Melhoria das Acessibilidades entre o Centro da Cidade e as Freguesias de Alegrete, Fortios, Reguengo e Urra” - Projecto n.º 2009/74, subdividido em quatro partes: Parte 1 – Troço de ligação da EM 119 à EM 118 (Frangoneiro – Fortios), com o montante previsto de 222.060€ e o montante executado é “0,00”; Parte 2 – Troço de ligação da Cidade à EN 246-2 (Reguengo), com o montante previsto de 249.062€ e o montante executado de 39%; Parte 3 - Troço de ligação da EN 517 e a EN 246-2 (Reguengo), com o montante previsto de 223.871€ e o montante executado de 68%; Parte 4 – Troço de ligação CM 1148 e a EN 517 (Urra/Alegrete), com o montante previsto de 626.144 € e o montante executado de 56%. Apesar de estar com o n.º 1 no projecto, a parte relativa aos Fortios, mais uma vez é a única parte em que ainda nada foi executado e, na verba prevista para 2012 (154.000€), provavelmente nada será para a Freguesia de Fortios. Em resumo, concluímos que, para o actual executivo, a Freguesia de Fortios não existe e a sua população não merece nada. Assim sendo, como Presidente da Junta de Freguesia de Fortios, sou obrigado a votar contra.

### **8 – Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2012;** - Deliberação de 2011.12.12 –

Presente o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2012. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar o Mapa de Pessoal/2012 da Câmara Municipal de Portalegre. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 11 votos contra e 2 abstenções, em 29 votos, aprovar o Mapa de Pessoal da Câmara para o ano de 2012. -----

### **DECLARAÇÃO DE VOTO** – Fernanda Bacalhau – (CDU)

Os eleitos pela CDU subscrevem a Declaração de Voto do Vereador eleito na Câmara, que diz o seguinte:

A CDU é uma força política reconhecida por ter uma atitude responsável e construtiva, independentemente de assumirmos responsabilidades executivas ou de sermos oposição. Esta forma de estar decorre de um profundo compromisso com a gestão da coisa pública. Não nos servimos dos bens e meios públicos como se fossem pessoais e entendemos a gestão dos dinheiros públicos obedecendo a princípios de rigor, seriedade, honestidade e de subordinação ao bem comum. Este preâmbulo serve para recordar aos Portalegrenses que em tempos de crise financeira, crise essa iniciada pelas profundas contradições de um sistema capitalista incapaz de responder às justas ambições de maior justiça social e equidade a que todos os povos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ambicionam, a CDU nunca apoiará o reforço de políticas que sempre condenou. Além do mais, e em coerência com os nossos princípios, ninguém nos poderá acusar de termos contribuído para o actual estado em que as finanças públicas se encontram. Nenhuma das câmaras da CDU se encontra entre aquelas mais endividadadas e impossibilitadas de recorrer ao crédito. Já o mesmo não podemos dizer da Autarquia de Portalegre. Fruto de anos de uma gestão irresponsável, em que se geriu sem olhar ao retorno desse investimento e, principalmente, sem atentar para a sustentabilidade futura da Autarquia, aliado ao estrangulamento financeiro com que o Governo Central resolveu comemorar os 35 anos de Poder Local Democrático, a Câmara Municipal de Portalegre encontra-se asfixiada e sem possibilidades ou recursos de, sequer, manter as infra-estruturas que tem. Os Portalegrenses têm de saber que o próximo ano será muito difícil e que a Autarquia só a muito custo manterá os apoios sociais que concedeu em anos anteriores. E não falamos só dos apoios sociais. Os miseráveis apoios dispensados às associações culturais e desportivas nunca poderiam merecer a nossa concordância. Mais uma vez reafirmamos que o nosso paradigma de desenvolvimento passaria por outra concepção e filosofia, em que a cultura e as artes, o desporto, a educação e o emprego com direitos seriam a base da nossa gestão. No entanto, salvaguardados que estão alguns dos princípios que definimos para o orçamento de 2012, a saber: a manutenção dos postos de trabalho da autarquia e o respectivo cabimento orçamental; um plano de pagamentos de dívidas, para que a Câmara não seja parte do problema e sim da solução; e a manutenção dos apoios sociais com a possibilidade de poder reforçar à medida das possibilidades orçamentais, leva a que a CDU se abstenha na votação para o Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012. Este não é claramente o nosso Orçamento, nem a nossa gestão. Mas o que os Portalegrenses menos precisam é que os seus representantes não contribuam para amenizar o difícil ano que nos espera.

### 9 – Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Portalegre para 2012; - Deliberação de 2011.12.12 –

Presente informação da Chefe de Divisão de Promoção do Desenvolvimento e Modernização, de 6 de Dezembro de 2011, referente ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Portalegre para 2012. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, definir caso a caso, em reunião de Executivo, o que se consideram eventos de interesse Municipal. Também deliberou por unanimidade revogar, a pedido da Sr.<sup>a</sup> Presidente, a competência que lhe foi delegada da isenção do pagamento de taxas, mantendo as mesmas em vigor.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar o referido Regulamento. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**10 – Manuel Valente Rego – Lote n.º 161 da Zona Industrial para averbar em nome da empresa Combiplast – Combustíveis e Plásticos, Ld.ª;**  
- Deliberação de 2011.12.12 –

Presente o requerimento de Manuel Valente Rego, de 03 de Outubro, a solicitar que o lote n.º 161 da Zona Industrial, que se encontra registado em seu nome, passe para o nome da empresa Combiplast – Combustíveis e Plásticos, Ld.ª. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a cessão da posição contratual, mantendo todos os ónus existentes. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 25 presenças, aprovar o averbamento acima citado. -----

**11 – Informação referente ao valor máximo de venda dos oito fogos sitos na Rua da Misericórdia e Travessa da Rua do Comércio e os 52 fogos da Praça do Outeiro;**  
- Deliberação de 2011.12.12 –

Presente Informação nº 5584, de 06 de Dezembro de 2011, do Serviço de Património, referente ao valor máximo de venda dos 8 fogos sitos na Rua da Misericórdia e Travessa da Rua do Comércio e os 52 fogos da Praça do Outeiro. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alienação dos fogos. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 25 presenças, aprovar a respetiva alienação. -----

**12 – Projecto de Normas de Funcionamento da Plataforma Cultural do Concelho de Portalegre;**  
- Deliberação de 2011.12.12 –

Presente Informação nº 5441 de 23 de Novembro de 2011, do Departamento dos Assuntos Sociais, Educação, Desporto e Cultura a propor o projecto de Normas de Funcionamento da Plataforma Cultural do Concelho de Portalegre. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra citada. -----

No uso da palavra, Carlos Vintém disse querer efetuar um comentário quanto ao projeto em causa: o documento começava por chamar “Plataforma Cultural”, depois “Grupo de Trabalho” e, portanto, pediu esclarecimento sobre qual a dimensão do mesmo? Porque, na constituição do Grupo dizia o seguinte:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“...um representante da Câmara Municipal, um da Fundação Robinson, um por cada Freguesia, um da Direção Regional da Cultura, um da Diocese e um de cada uma das Associações Culturais do concelho.” Na sua opinião, totalizaria perto de cento e cinquenta pessoas, grosso modo, o que não seria viável. Mais referiu que, na continuação daquele Regulamento, não viu qualquer sugestão de tornar o mesmo expedito. Portanto, além de estar contra a elaboração do dito Regulamento, chamou a atenção dos Membros para com aquela realidade.

No uso da palavra, Luís Pargana disse que, independentemente dos nomes atribuídos, o importante era saber para que é que se constituíam os diversos Grupos de Trabalho, Comissões, Plataformas, etc. Efectivamente, existia o problema levantado pelo Membro Carlos Vintém sobre a extensão daquela Plataforma, o qual poderia ser um problema real, dependendo dos objetivos, porque se pretenderem ajudar a impulsionar a actividade cultural dos agentes culturais do Concelho e a ter um espaço de debate de ideias e definição de linhas de ação que influenciem a decisão da Câmara, naquilo que era a fusão da mesma com os agentes culturais, poderia ser deveras importante. Contudo, se pretenderem um mero órgão para se cumprir uma formalidade de consulta, aí seria um mero placebo que não ia resolver nenhum dos problemas das Associações culturais. Entendia, pois, o que ali falhava era a definição rigorosa do objectivo, assim como outra questão significativa que tinha a ver com a estrutura em causa, a qual deveria ser presidida pela Presidente da Câmara, em termos formais e para ficar plasmado no Regulamento. Mais referiu que não via na composição do documento as Instituições do Ensino Superior, do Instituto Politécnico, as quais formam técnicos de Cultura e que são, inclusive, agentes de promoção de desenvolvimento cultural, numa perspetiva de interação com o meio local e, nomeadamente, com os agentes da Câmara Municipal. Portanto, a falha poderá ser resolvida com a clareza e rigor na definição dos objetivos; sugeriu que o assunto baixasse para estudo do Executivo, que não fosse aprovado naquela sessão e que, posteriormente, de devidamente debatido e clarificado voltasse então à Assembleia. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que ao ter sido confrontado com aquele documento o que lhe aprazia dizer era exclusivamente o seguinte: aquele documento era uma banalidade e, como qualquer banalidade, foi aprovado em reunião de Câmara. Entendeu que o que presidiu à constituição da referida Plataforma tinha o objetivo de consagrar a constituição de um Conselho Municipal de Cultura e o paralelo entre o que ali lhes era presente e um Conselho Municipal de Cultura era de tão forma grande, que só lhes tinham mudado o nome. Provavelmente, tal aconteceu, porque chegaram à conclusão que, apesar de existirem inúmeros conselhos municipais no Concelho, poucos deles funcionavam. Mais disse que, infelizmente, preocupam-se pouco com os órgãos que não funcionam e com os que existem, por imperativo legal, mas, contudo, arranjam preocupações acrescidas com a criação de outros. Na senda do que foi dito pelo membro Luís Pargana, entendia que o documento





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

em causa obrigava a uma melhor reflexão, mais cuidada e a presentear a Assembleia Municipal, numa sessão futura, com um plano abrangente daquilo que são os órgãos consultivos do Município, desde os conselhos municipais de desporto, educação, etc. até àquelas novas plataformas que se pretendem criar. Por último, sugeriu que se fizessem Regulamentos equivalentes para todos os órgãos consultivos do Município, adequando a especificidade de cada um, mas dando-lhes a importância devida e colocá-los a funcionar. -----

Usando da palavra, Miguel Monteiro considerou que a cultura não era atividade que pudesse ser desprezada, naquele momento de aperto orçamental. O que ainda comprovava alguma vida que a Cidade tinha eram certas atividades culturais e desportivas que se mantinham. Portanto, aquela era uma mais-valia e uma atividade estratégica para a Cidade. Apontou que longe vão os tempos em que a cultura vivia um pouco separada de todos os outros universos e, na sua perspetiva, seria mais positivo que aquele projeto de normas de funcionamento fosse melhorado, introduzindo no grupo que se iria constituir, alguns elementos que pudessem representar as atividades económicas, porque tinham também uma palavra a dizer naquela matéria. Disse ainda que não seria despiciente que se acrescentasse à plataforma a intervenção de elementos relacionados com o ensino superior, mas também com as próprias atividades económicas do Concelho de Portalegre, o que seria relevante.-----

No uso da palavra, António Baptista disse que era um defensor da cultura e sempre defendeu que a mesma fazia parte da evolução de uma sociedade e formação do ser humano. Por outro lado, não defendia que a cultura tivesse de ser sempre subsidiada. Questionou a Presidente se existia alguma razão para que o documento tivesse de ser aprovado naquela sessão ou se, porventura podia voltar ao Executivo, para uma melhor redação, mesmo em termos jurídicos, uma vez que se mudava de Plataforma para Grupo de Trabalho sem haver uma justificação plausível pelo meio? -----

Em resposta, a Presidente de Câmara, relativamente àquele assunto da Plataforma Cultural, disse que a mesma tinha resultado de uma reunião com as associações culturais. Portanto, tentou-se ir de encontro ao objetivo referido ali pelo Membro Luís Pargana. Obviamente que, como todos os documentos, podia ser melhorado, mas, o seu entendimento era de que a cultura não era uma atividade que pudesse ser desprezada. Acrescentou que o Município podia não ter muita indústria, mas tinham uma “indústria da cultura”, a qual podia bem ser uma alavanca económica. Assim como, não concebia que pudesse haver turismo sem cultura e cultura sem uma parte educacional. Portanto, referiu que não lhe traria qualquer problema o facto de haver alguns elementos de instituições do ensino superior, nomeadamente a Escola Superior de Educação e outros elementos de atividade económicas próprias. Disse que, naturalmente, acedia a que o documento em causa voltasse ao Executivo para ser melhorado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da Mesa informou os Membros presentes de que, naqueles termos anteriormente propostos, iriam passar à votação da retirada do ponto em debate, uma vez que o Executivo Municipal estava sensível ao repto. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retirar o assunto, devendo o Executivo Municipal melhorar a redação do mesmo. -----

### **PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA:**

#### **1 – Repartição da despesa em mais um ano económico;**

- Deliberação de 2011.09.19 –

Presente informação n.º 4193, da Divisão de Gestão Financeira de 5 de Setembro de 2011, a propor a repartição da despesa por mais que um ano económico, no procedimento “Plataforma de Contratação pública Electrónica” para os anos de 2012 e 2013. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a repartição de encargos pelos anos económicos 2012 e 2013, referente à “Plataforma de Contratação pública Electrónica”.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 23 presenças, aprovar os documentos apresentados. -----

#### **2 – Extinção e liquidação da Associação de Municípios de Castelo de Vide, Marvão e Portalegre;**

- Deliberação de 2011.09.19 –

Presente proposta da Presidente da Câmara, de 5 de Setembro de 2011, a propor a extinção e liquidação da Associação de Municípios de Castelo de Vide, Marvão e Portalegre. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea a), do n.º 6, da art.º 64.º e al. m), do n.º 2, do art.º 53.º, ambas da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a extinção e liquidação da Associação de Municípios de Castelo de Vide, Marvão e Portalegre.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 23 presenças, aprovar a referida proposta.-----

#### **3 – Criação da Rede Ibero-Americana de Cidades Médias;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Deliberação de 2011.10.03 –

Presente informação da Chefe de Divisão de Promoção do desenvolvimento e Modernização, de 28 de Setembro de 2011, referente à participação do Município de Portalegre no 4.º Congresso da rede para a promoção das Cidades Médias da União Europeia (Rede CIUMED), bem como da Declaração de Constituição da Rede Ibero-Americana de Cidades Médias (RIACIM), a qual carece de ratificação por parte do Executivo e Assembleia Municipal. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar a criação da Rede Ibero-Americana de Cidades Médias, conforme deliberação do órgão executivo tomada em reunião, realizada em 03 de Outubro do ano em curso. ---

Novamente no uso da palavra, Luís Testa disse que gostaria de obter uma explicação da Presidente de Câmara sobre o que presidiu à criação da Rede Ibero-Americana de Cidades Médias e a integração de Portalegre na mesma. --

Em resposta, a Presidente de Câmara disse que a criação daquela rede resultou de um convite da Câmara Municipal de Vila Real de St.º António, que foram os que a iniciaram. Por outro lado, informou que a Câmara Municipal de Portalegre já tem muito trabalho realizado naquela área, principalmente na parte respeitante às acessibilidades. Relembrou o facto de Portalegre já ter sido distinguida pelo programa das acessibilidades. Referiu que a Rede em causa não traz qualquer encargo para o Município e o que se tentava, sobretudo, era debater algumas ideias e pegar em propostas já elaboradas noutros Municípios, confrontando-as e pegando em boas práticas para as reproduzir noutros Municípios. Acrescentou o facto de que, para além da Câmara Municipal de Portalegre, se encontravam também os Municípios que já aderiram (Loures, Leiria, Aveiro, Mérida e Prefeitura Municipal de Paraguai - Brasil). -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção, em 22 presenças, aprovar o assunto supra citado. -----

### **DECLARAÇÃO DE VOTO** – Luís Testa – (PS)

Eu votei favoravelmente de forma hesitante. Mas, ainda assim, o benefício da dúvida, porque eu acho sinceramente que este tipo de Plataformas correm exatamente o mesmo risco do que aquela que, há bocado, foi retirada. São, na sua genes, projetos muito idílicos mas depois, de certa forma, ficam empancados no tempo e nós, nesta fase da vida política e estrutura financeira, não temos tempo para nos andarmos a preocupar com minudências. Objetivamente já existe um benefício, que era o de não trazer custos ao



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Município, mas os custos não são só os efetivos da quota. Porque se nós alocamos horas e horas de trabalho e de funcionários que são produtivos noutras áreas, para andar a tratar de outras minudências, também isso reflete um custo para o Município. Oxalá não seja assim. Queria também lançar um repto à Presidente: que refletisse a participação do Município de Portalegre na Naturtejo que, sistematicamente, faz publicidade dos seus eventos e que traz os logótipos de todos os Municípios associados e nunca o da Cidade de Portalegre e isso, para essa Associação, existe um custo acrescido, a participação nela comporta um custo e o retorno, pelo que se tem visto, tem sido zero, ou pouco mais do que isso.

#### 4 – Empréstimo de curto prazo até 500.000,00€ - Banco Santander Totta; - Deliberação de 2011.12.26 –

Presente informação do Departamento de Administração Geral e Finanças, de 20 de Dezembro de 2011, referente a empréstimo de curto prazo até 500.000,00€. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar empréstimo de curto prazo no valor de 500.000,00€ ao Banco Santander Totta, recomendando que o mesmo seja utilizado em idênticas condições do aprovado no ano passado. -----

No uso da palavra, João Pina constatou ser lamentável que só já existia uma instituição bancária que respondia aos pedidos de empréstimo de curto prazo da Câmara Municipal de Portalegre. Apenas o Banco Santander Totta respondeu. Seria, efectivamente, um problema de confiança. Perguntou qual era o critério da Câmara ao fazer aquelas sondagens às entidades bancárias? Referiu ter conhecimento de que, atualmente, o Banco Barclays, o qual tem balcão na Cidade, era dos bancos com maior liquidez para créditos vários, no entanto, não estava incluído ali naquelas entidades bancárias, para consulta. Questionou sobre qual era o critério utilizado para tal? Mais disse que, sendo aquela a única proposta, iria, obviamente, votar a favor mas, não tendo dados para analisar o spread, considerava o mesmo relativamente alto. -----

Usando da palavra, a Presidente informou que, normalmente se fazia aquele tipo de consulta a várias entidades. No entanto, a maior parte das entidades bancárias nem se dignam a responder ao solicitado. O problema não se passava somente com a Câmara Municipal de Portalegre, mas com praticamente todas as Câmaras. Referiu que, relativamente àquele empréstimo, o Santander Totta foi o único a responder. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o empréstimo supra citado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### 5 – ETAR de Alegrete – Interesse Municipal do Projecto;

- Deliberação de 2011.12.26 –

Presente ofício n.º 3287/11, de 07.12.2011, das Águas do Norte Alentejano, acompanhado de informação do DUOM de 21.12.2011, a propor que seja deliberado o interesse municipal do projeto da ETAR de Alegrete. A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, declarar o interesse municipal do projecto da ETAR de Alegrete. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o referido documento. -----

### 6 – Início do processo de Alteração ao Plano de Pormenor da Expansão da Zona Industrial de Portalegre – Para conhecimento;

- Deliberação de 2011.12.26 –

Presente proposta de alteração ao Plano de Pormenor da Expansão da Zona Industrial de Portalegre. A Câmara tomou conhecimento.-----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que não sabia se deveria usar da palavra, uma vez que poderia ficar na circunstância de ter de se dirigir à Escola Prática da Guarda e pedir desculpa por ter usado uma informação privilegiada e confidencial. O que ali se estava a passar não deixava de ser um insólito, porque o Partido Socialista tinha, desde logo, uma grande afetividade pela Escola Prática da Guarda no Concelho de Portalegre, uma vez que sempre foram apologistas da localização da mesma. Relevou o facto de que, em boa hora, o Governo, na altura presidido por Mário Soares e que Rui Simplicio era o Presidente de Câmara, decidiu localizar aquela Escola em Portalegre, caso contrário teria ido para a Figueira da Foz. Disse também que a nova localização da Escola Prática da Guarda correspondia a dois objetivos que sempre foram defendidos pelo PS, até porque a localização anteriormente proposta não satisfazia, nem os interesses da Cidade, nem defendia os interesses da própria GNR e, posteriormente, veio colocar a nu e desmistificar a questão do investimento absurdo que foi feito na Zona Industrial e que, basicamente, não servia para nada. No entanto, houve agora a sensatez de deslocalizar aquilo que era um investimento importante para o Concelho de Portalegre para uma zona mais próxima da Cidade e colocar ao serviço dos interesses do Concelho aquilo que foi um investimento avultadíssimo para uma Zona Industrial em que a Câmara Municipal de Portalegre se tem mostrado incompetente, no que respeitava à fixação de investimento privado e de empresas. Portanto, felicitou a Câmara pela medida agora tomada, reconhecendo que a razão muitas vezes sai vencida e, por isso, deixava de ser razão.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse, relativamente à intervenção anterior, que ficava com a impressão de que o PS não tinha sido governo nos últimos 6 anos. Quanto à Escola de Formação da GNR, disse que o PS foi sempre céptico e a forma como agora reagiam era surreal, como se a solução tivesse sido deles. Assim como a crítica constante à expansão da Zona Industrial que, agora reconheceram já ter alguma utilidade prática. Na sua opinião, em relação àquele projeto em concreto, as palavras proferidas do PS eram o corolário da governação do “ser quase”, que no fundo não deu em nada. -----

A Presidente de Câmara referiu que, enquanto Vereadora e Vice-Presidente da Câmara, ouviu criticar muitas vezes o Eng.º Mata Cáceres por ter feito uma Zona Industrial megalómana. Contudo, felizmente que a mesma existia porque, caso contrário, a localização da Escola não seria uma realidade para Portalegre. Se alguém defendeu para cá a construção da mesma foi, sem dúvida, o Eng.º Mata Cáceres, pois assistiu a muitas reuniões e diligências feitas por ele, junto do Governo do PS e nunca obteve nenhuma resposta. Houve, inclusive, uma condecoração a um Ministro que levou uma Medalha de Ouro da Cidade de Portalegre, mas a verdade é que nunca se realizou. Lembrou que tomou posse no passado dia 08 de Agosto, entretanto já conseguiu a construção do Quartel dos Canarinhos, desbloqueou a situação das Auxiliares de Educação e, felizmente para todos, estava desbloqueada a construção da Escola de Formação da GNR. Concluiu, dizendo que aqueles factos não eram fruto da “imaginação zero”, como lhe chamaram. -----

### **Aprovação em Minuta:**

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efectuada a votação à Minuta da Acta. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

### **FALTAS:**

=====

Nos termos do n.º 5, do art.º 46.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, a Mesa da Assembleia Municipal marcou falta ao membro da Assembleia: Adriano da Graça Mourato Capote.-----

### **ENCERRAMENTO:**

=====



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 13.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, era 01.00 h, do dia 27 de Dezembro do ano de 2011 e da qual foi lavrada a presente acta, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, \_\_\_\_\_, 1.º Secretário(a) da Mesa,  
a redigi e subscrevo.